CARLOS EDUARDO DE MORAES DOMINGOS

**A FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO NA SENTENÇA
CONDENATÓRIA PENAL À LUZ DO DEVIDO PROCESSO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

CARLOS EDUARDO DE MORAES DOMINGOS

**A FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO NA SENTENÇA
CONDENATÓRIA PENAL À LUZ DO DEVIDO PROCESSO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

Catálogo da Publicação

Domingos, Carlos Eduardo de Moraes

A fixação do valor indenizatório na sentença condenatória penal à luz do devido processo / Carlos Eduardo de Moraes Domingos. - São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.
312f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli.

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração, Direito Processual, 2019.

1. Sentença condenatória penal. 2. Fixação de valor mínimo indenizatório. 3. Devido processo. 4. Processo penal. I. Zilli, Marcos Alexandre Coelho. II. Título.

CDU

Nome: DOMINGOS, Carlos Eduardo de Moraes

Título: A fixação do valor indenizatório na sentença condenatória penal à luz do devido processo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Alexandre Coelho Zilli.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À memória de minha avó, Marina Ferreira de Moraes, com
toda a gratidão pelo amor generoso e pela alegria inesgotável
que ofereceu até o seu derradeiro momento. Sem você, viver
não seria essa jornada cheia de curiosidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Marcos Alexandre Coelho Zilli, modelo de docente e estudioso, pela orientação dedicada ao longo do desenvolvimento deste trabalho, pelas inúmeras reuniões, conversas e valiosas lições em sala de aula.

Aos professores Marta Cristina Cury Saad Gimenes e Carlos Alberto de Salles pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação, que tanto contribuíram para a elaboração desta pesquisa.

Aos professores Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, Antonio Magalhães Gomes Filho, Maria Thereza Rocha de Assis Moura, José Raul Gavião de Almeida, Maurício Zanoide de Moraes e Heitor Vitor Mendonça Sica, pelas brilhantes e engrandecedoras aulas ministradas no curso de Pós-Graduação.

Aos meus pais Eduardo e Ana Paula que me dedicaram o meio dia de suas vidas. À minha irmã Thamires, pela cumplicidade silenciosa. À minha companheira Tamara, pelos deliciosos anos vividos juntos, e que ainda viveremos, repletos de amor e lealdade.

DOMINGOS, Carlos Eduardo de Moraes. *A fixação do valor indenizatório na sentença condenatória penal à luz do devido processo*. 2019. 312f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

A reforma processual promovida pela 11.719/08 introduziu no sistema processual penal a ampla possibilidade de fixação de valor indenizatório mínimo na sentença penal condenatória. Trata-se do ponto de chegada de um movimento de aproximação, separação e reaproximação entre responsabilidades civil e penal. Em nosso ordenamento jurídico, representa a crescente preocupação com uma política que integre um julgamento justo para vítimas e imputados. Contudo, a elencar tal possibilidade no Código de Processo Penal vigente, o legislador deixou de confeccionar qualquer disposição legal acerca de sua operacionalização. A regra traz insegurança jurídica quanto à forma de sua aplicação, pendendo questões tais como a necessidade de prévio requerimento para sua fixação pelo julgador, quem teria legitimidade para a formulação do pedido ressarcitório, qual o momento e o modo de sua dedução, dentre outros. A problemática essencial que envolve a fixação de valor indenizatório na sentença penal condenatória diz respeito ao seu modo de realização, à sua procedimentalização, muito mais do que seu conteúdo ou sua eventual repercussão no processo civil. A base para a resposta de tais problemas se encontra, primeiramente, na compreensão do fenômeno da múltipla incidência jurídica e do desenho da progressiva separação, posterior consolidação e final reaproximação das esferas de responsabilidades penal e civil extracontratual. A partir dessa noção é que se permite vislumbrar a existência de sistemas e mecanismos de corrdenação de jurisdições especializadas, campo em que se insere a fixação de valor mínimo indenizatório na sentença penal condenatória. Todavia, compreendidos tais pressupostos que dão razão de ser ao instituto, o desenho de sua procedimentalização, não revelado pelo legislador, somente pode ser construído a partir da garantia síntese do devido processo penal. Essa garantia processual, de força constitucional, desdobra-se em uma série de garantias que exercerão a função de filtragem e orientação de como o arbitramento do valor reparatório pode ser concretizado dentro do processo penal, sem a violação de seu sentido de unidade, de suas diretrizes básicas, e mesmo sem a mácula de sua principal finalidade.

Palavras-chave: Sentença condenatória penal. Fixação de valor mínimo indenizatório. Devido processo. Processo penal.

DOMINGOS, Carlos Eduardo de Moraes. *Setting damages in criminal sentencing in light of due process*. 2019. 312p. Dissertation (Masters Degree). Law School of the University of São Paulo, 2019.

ABSTRACT

The procedural reform set forth in Act 11.719/08 introduced into the criminal procedure system the distinct possibility of setting minimum damages in criminal sentencing. This is the culmination of a movement of convergence, divergence and reconvergence of civil and criminal liability. In our legal system, it represents the growing concern for a policy that incorporates a fair trial for the victims and the accused. However, when the lawmaker established this possibility in the current Code of Criminal Procedure, no provisions were made with regard to its application. There is legal uncertainty as to how the rule should be applied, with unaddressed questions such as whether there is a need of a prior motion for the court to set it, who has standing to file the damage claim, and at which stage and in which manner it should be done. The fundamental issue underlying the setting of damages in criminal sentencing has to do with how to apply it, i.e. the establishment of a procedure, much more than with its content or its resulting impact in civil procedure. The basis for addressing the abovementioned issues is, firstly, understanding the phenomenon of multijurisdiction and the structure of progressive divergence, subsequent consolidation and final reconvergence of the criminal and tort liability spheres. From this notion it is then possible to perceive systems and devices for coordination of specialized jurisdictions, a field which includes the setting of minimum damages in criminal sentencing. However, once these assumptions which form the basis for the establishment of the provision are understood, the establishment of its procedure, which was not formulated by the lawmaker, can only be determined based on the guarantee of criminal due process. From this procedural guarantee, provided by the Constitution, arise a number of guarantees designed to filter and provide guidance on how the awarding of damages can be conducted within the criminal procedure, without prejudice to its integrity, its basic guidelines, and even to its main purpose.

Keywords: Criminal sentencing. Setting minimum damages. Due process. Criminal procedure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	----------

PARTE I FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1 DISTINÇÃO ENTRE O ATO ILÍCITO CIVIL E O ATO ILÍCITO PENAL	17
1.1 A valoração jurídica do ato ilícito.....	17
1.1.1 Fundamentos da responsabilidade	17
1.1.2 Múltipla incidência normativa	25
1.2 A separação progressiva entre o ato ilícito civil e o ato ilícito penal	28
1.3 Critérios distintivos entre o ato ilícito civil e o ato ilícito penal	43
1.4 Reaproximação das responsabilidades civil e penal: revalorização da vítima e prevenção geral.....	56
1.4.1 Movimento de revalorização da vítima no processo penal	57
1.4.2 A prevenção geral pela responsabilidade civil	68
2 SISTEMAS DE COORDENAÇÃO DE JURISDIÇÕES ESPECIALIZADAS	75
2.1 Jurisdição: conceito, independência e coordenação	75
2.2 Distinção entre jurisdição civil e jurisdição penal	86
2.2.1 Objeto do processo penal e do processo civil	88
2.2.2 O conteúdo da pretensão processual e normas de competência	97
2.3 A sistematização da coordenação de jurisdições especializadas no julgamento da reparação do dano.....	102
2.4 Sistema da confusão ou identidade.....	106
2.5 Sistema da solidariedade ou cumulação de instâncias.....	108
2.5.1 Natureza jurídica e normas aplicáveis à pretensão civil cumulada no processo penal	115
2.6 Sistema da livre escolha ou cumulação facultativa	119
2.6.1 A autoridade da coisa julgada criminal no âmbito cível	123
2.7 Sistema da separação de instâncias ou independência	129
2.8 Coordenação de jurisdições especializadas e garantias processuais.....	133
3 O DEVIDO PROCESSO ENQUANTO PARADIGMA NECESSÁRIO À FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO CIVIL NO PROCESSO PENAL	135
3.1 A conceituação de princípio e sua função no sistema processual.....	135
3.2 O devido processo legal: garantia processual síntese	144
3.3 O devido processo penal.....	150
3.4 Imparcialidade do julgador.....	152
3.5 Contraditório	156
3.6 Ampla defesa.....	162
3.7 Igualdade e tratamento paritário dos sujeitos parciais.....	166
3.8 Devido procedimento legal	169

3.9 Acesso à justiça.....	174
3.10 Motivação das decisões penais	178
3.11 Razoável duração do processo penal	180
3.12 Segurança jurídica.....	183

PARTE II

A FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA À LUZ DO DEVIDO PROCESSO NO DIREITO BRASILEIRO

4 REPARAÇÃO CIVIL PELA INFRAÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO: PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	189
4.1 Período Imperial: Código Criminal de 1830 e Código de Processo Criminal de 1832.....	189
4.2 O início do Período Republicano: o Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916.....	195
4.3 Códigos de Processo Penal Estaduais.....	196
4.4 Código de Penal de 1940	200
4.5 Código de Processo Penal de 1941	204
4.6 Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/84)	210
4.7 Reparação dos danos e extinção da punibilidade nos crimes previstos na Lei n. 8.137/90	211
4.8 Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n. 9.099/95).....	213
4.9 A multa indenizatória no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)	217
4.10 A reparação do dano ambiental na Lei n. 9.605/98	218
4.11 Medidas cautelares reais na Lei n. 9.613/98	220
4.12 O Código Civil de 2002.....	222
4.13 A colaboração premiada na Lei n. 12.850/2013	224
4.14 Reformas setoriais do Código de Processo Penal e a Lei 11.719/08.....	226
5 A FIXAÇÃO DE VALOR INDENIZATÓRIO MÍNIMO NA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	229
5.1 Ausência de procedimentalização.....	229
5.2 Necessidade de pedido expresso e impossibilidade da fixação de valor indenizatório “ex officio”	233
5.3 A legitimidade do Ministério Público e sua atribuição constitucional.....	239
5.4 A legitimidade do ofendido e a extensão dos poderes do assistente de acusação	245
5.5 Requisitos formais e momento adequado à formulação do pedido indenizatório	252
5.6 Fase instrutória e prova da pretensão cível	256
5.7 Fixação de valor mínimo indenizatório e sistema recursal	264
5.8 Rediscussão do valor indenizatório fixado na sentença penal condenatória.....	266
5.9 Direito Intertemporal	268
CONCLUSÕES.....	271
REFERÊNCIAS	283

INTRODUÇÃO

O objeto da presente dissertação é o estudo da fixação do valor indenizatório mínimo na sentença penal condenatória, introduzida pela Lei n. 11.719/08. Trata-se de mecanismo inovador no processo penal brasileiro, marcado pela predominante separação de instâncias, tendente a oportunizar a satisfação dos interesses civis do ofendido pela infração penal. Resulta de uma crescente preocupação com uma política que integre um julgamento justo para vítimas e acusados.

Seu fundamento reside no fenômeno da múltipla incidência normativa, pelo qual diversos segmentos especializados de um ordenamento jurídico valoram determinado ato e lhe atribuem diferentes significações jurídicas. Assim, um mesmo fato histórico pode ensejar, simultaneamente, a responsabilização penal e civil de um indivíduo,¹ pois esse único fato concreto pode representar um ilícito penal e, também, um ilícito civil.

A responsabilização penal somente pode ser efetivada por meio do necessário processo penal. Em razão do princípio da necessidade do processo penal, ou *nulla poena sine iudicio*, não é possível a aplicação de uma sanção penal por outra via que não o processo penal. A responsabilização civil, por sua vez, embora admita soluções extrajudiciais, como a autocomposição, arbitragem, ou mesmo o espontâneo cumprimento da obrigação, quando discutida judicialmente, em regra, ensejará a provocação da jurisdição civil.

Desse modo, um mesmo ato poderá provocar a jurisdição penal e, concomitantemente, a jurisdição civil. Nessas hipóteses, em que um ato ilícito qualifica-se como ato ilícito penal e também repercute no patrimônio moral ou material da vítima, há possibilidade de intervenções judiciais distintas, considerada a pluralidade de espécies de ilicitude incidentes. Surge, assim, um problema de coordenação de jurisdições especializadas.

Diversos sistemas foram desenvolvidos no intuito de racionalizar as atividades de persecução penal e de reparação civil à vítima. O nosso ordenamento processual adotou o sistema da independência, pelo qual determina-se a propositura das duas ações, cível e penal, de maneira independente, em juízos distintos. A razão desta separação se encontra

¹PALOMO HERRERO, Yolanda. La pretensión civil deducible en el proceso penal. **Revista Jurídica de Castilla y Leon**, Valladolid, n. 14, p. 295, jan. 2008.

nas significativas “diferenças das duas ações, uma que versa sobre direito público, de natureza não patrimonial, e outra, tendo por objeto questão de direito privado, de natureza patrimonial, o que desaconselharia que corressem juntas.”²

Tal adoção, entretanto, fez-se de forma mitigada. Isto, pois o Código Civil, em seu art. 935, embora estabeleça que a responsabilidade civil é independente da criminal, posteriormente elenca hipóteses em que a sentença penal condenatória transitada em julgado produz efeitos na esfera cível. O art. 63 do Código de Processo Penal, por sua vez, parece sugerir o sistema da cumulação de instâncias ao determinar que, transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros. Contudo, o art. 64 do Código de Processo Penal deixa clara a adoção do sistema da independência de forma mitigada, ao determinar que, sem prejuízo do art. 63, a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil.

Anteriormente à reforma promovida pela Lei 11.719/08, a sentença penal condenatória constituía-se título executivo judicial necessariamente ilíquido. A alteração do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, com a expressa previsão de que o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, trouxe como consequência a possibilidade de a sentença penal condenatória irrecorrível consubstanciar-se título executivo judicial líquido, embora parcialmente.

Essa fixação de valor indenizatório pelos danos decorrentes da infração penal na sentença penal condenatória insere-se dentre os instrumentos de coordenação entre as jurisdições cível e penal. Trata-se do ponto de chegada na linha de desenvolvimento de mecanismos de interação de jurisdições especializadas no ordenamento jurídico brasileiro. Sua efetivação implica a análise de pretensão cível, de interesse privado e disponível, pelo juízo criminal quando do exame e julgamento do caso penal.

A fixação de valor ressarcitório na própria sentença penal procura maior efetividade quanto à reparação dos danos suportados pelo ofendido, consequência imediata do movimento de revitalização da vítima e seus interesses no processo penal.

²BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Processo penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 213.

Igualmente, representa mecanismo de incremento na persecução penal e na interação entre as jurisdições civil e penal.

Entretanto, a inserção de pretensão cível no processo penal enseja discussões acerca de sua compatibilidade com o devido processo legal, em especial, particularizado no âmbito de incidência da lei processual penal. Tanto mais se considerado que enxertada no processo penal sem qualquer procedimentalização, como o fez a reforma promovida pela Lei n. 11.719/08.

Disso, decorre o problema a ser enfrentado pela presente pesquisa. O panorama atual da relação entre responsabilização civil e responsabilização penal, síntese do estado do sistema de coordenação adotado, gera dúvidas e incertezas quanto à sua aplicação, uma vez que a lei processual não define como o valor indenizatório pode ser alcançado pelo juízo penal. Não se trata de um problema de direito material, mas, sobretudo, de procedimento. O que se pretende discutir não é o conteúdo do valor indenizatório estabelecido na sentença penal, ou “o que fixar”, mas, antes, a sua procedimentalização, ou o “como fixar”.

O ponto de partida do presente estudo é a responsabilização jurídica em sentido material.³ No primeiro capítulo busca-se, a partir da própria concepção de responsabilidade humana, examinar o movimento de consolidação teórica do ato ilícito civil e do ato ilícito penal. Percebe-se que, em um primeiro momento, são fenômenos que se confundem. Por isso é necessário analisar sua gradual separação histórica, o que permitirá falar-se em responsabilidades jurídicas, em segmentos distintos e concomitantes, decorrentes de um único ato, isto é, o fenômeno da múltipla incidência normativa.

Dentro dessa trajetória histórica é possível observar um primeiro movimento de separação e, após sua consolidação teórica, um posterior movimento de reaproximação entre o ato ilícito civil e o ato ilícito penal. Isto se explica tanto pela tendência de revalorização do ofendido no processo penal, como pelo gradual reconhecimento de

³E não poderia ser diferente. Conquanto superadas as teorias monistas acerca do direito material e processo, que nesses não viam dois planos distintos e inconfundíveis, inegáveis são suas relações. Conforme Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, “a necessária processualização que deve passar o reconhecimento e a realização do direito material não impede o processo de guardar íntima relação com o direito material. (...) A mais evidente prova da relação entre ambos os campos consiste na natureza instrumental do direito processual, chamado a intervir ao se verificar alguma crise, efetiva ou virtual, no plano do direito material, inclusive em caráter preventivo e até abstrato. E assim é porque uma das suas finalidades precípua (além dos escopos políticos e sociais, tão bem ressaltados por Dinamarco em sua vitoriosa tese de titularidade na USP) consiste na efetiva realização do direito material, de modo a se alcançar a necessária justiça do caso concreto.” (OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. Escopo jurídico do processo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 37, n. 203, p. 306, jan. 2012).

CONCLUSÕES

O objeto da presente dissertação é o estudo da fixação de valor indenizatório mínimo na sentença penal condenatória, introduzida pela Lei n. 11.719/08. Adotou-se como objetivo perquirir seus limites e possibilidades de funcionamento sob a perspectiva da garantia processual síntese do devido processo legal. A partir da problemática da ausência de sua procedimentalização pelo legislador, buscou-se oferecer respostas concretas para a efetivação da reparação civil em sede penal, nos termos do referido dispositivo legal.

Para tanto, partiu-se dos fundamentos da responsabilidade jurídica e da diferenciação entre ato ilícito civil e ato ilícito penal. Neste ponto, observa-se que o vínculo entre a vontade humana livre e o ato praticado consiste na razão da responsabilidade. Isto pressupõe reconhecer que, conquanto se admita alguma determinação causal na conduta humana, essa é compatível com um espaço de liberdade e possibilidade de autodeterminação. Trata-se da culpa enquanto pressuposto genérico da responsabilidade, embora alguns setores do ordenamento jurídico apresentem exceções.

À luz do direito, a responsabilidade é analisada enquanto juridicização de fatos sociais. Isto significa, enquanto fato social relevante, determinada ação lesiva terá significação jurídica, o que potencialmente culminará em uma imputação e em um juízo de responsabilização jurídica.

Dado que a ciência do direito propõe sua divisão metodológica em ramos, tem-se como resultado a possibilidade de múltipla incidência jurídica. Tal fenômeno explica como um mesmo fato pode ser valorado por setores diversos do ordenamento jurídico e ajustar-se ao suporte fático de uma ou mais normas. Assim, um mesmo fato histórico pode implicar responsabilidade penal, apurada em um necessário processo penal, como também responsabilidade civil, administrativa ou política, todas distintas e, em algum grau, independentes. O que indicará qual a natureza jurídica da responsabilidade imputada é a natureza do ato ilícito praticado e sua regulamentação por determinado setor do Direito.

Interessa à presente pesquisa a distinção entre ato ilícito civil e ato ilícito penal, uma vez que se discute a reparação daquele no seio do processo penal. Entre si, apresentam traços coincidentes. Consistem em fato humano reprovável, doloso ou culposos e contrário

à norma jurídica. Historicamente, a separação entre o ilícito civil e o ilícito penal fez-se de modo progressivo. No direito antigo, a própria noção de reparação tinha cariz sancionatório. Nas sociedades então existentes, a responsabilidade civil e penal são dois aspectos de um conceito unitário.

A responsabilidade civil extracontratual como conceito autônomo da responsabilidade penal, cientificamente delimitado, somente surgirá com o Código Civil francês de 1804 e a adoção legal da expressão “faute”, que abrange a noção de infração e de capacidade e censura ao agente. O direito penal, por sua vez, no século XVIII, é edificado como ciência independente. Trata-se de consequência imediata dos trabalhos dos pensadores iluministas no desenvolvimento sobre os fundamentos, os objetos, as medidas típicas e as penas atinentes apenas ao direito penal. A partir de então, resta claro o fenômeno da multiplicidade da incidência normativa a um mesmo fato.

Ao longo da história diversos critérios foram apresentados, admitidos e contestados para definir com exatidão a diferença entre os atos ilícitos civis e penais. Todavia, o que se pode perceber é que não são diferentes em sua essência. Atos concretos são definidos como um ou outro mediante valoração e escolha política pelo legislador. Consequentemente, toda disparidade entre ambos será extrínseca e decorrente do sistema positivo de coibição de violação ao direito em que estão alocados. Em última análise, a distinção entre o ato ilícito civil e o ato ilícito penal exprime a diferença de seleção de valores, condutas, finalidades e mecanismos de funcionamento entre o sistema do direito penal e o sistema do direito civil em um determinado contexto histórico.

A agravar a crise de paradigmas para definição entre ato ilícito civil e ato ilícito penal, é perceptível, nesse movimento de confusão e progressiva separação de seus conceitos, também um recente desenho de reaproximação, não obstante o atual estágio de cientificidade do direito não permita mais sua fusão. Assim, se é possível falar em uma consolidação da distinção entre o ato ilícito civil e o ato ilícito penal, como produto de um processo histórico iniciado no século XVIII e concluído no século XIX, atualmente, observam-se novos movimentos de reaproximação entre as duas esferas, reforçando os pontos de contato entre a responsabilidade penal e a responsabilidade civil.

Essa reaproximação explica-se por dois principais fatores. De um lado, a crescente preocupação com os interesses das vítimas, sua participação no processo e na solução da questão penal, conduz a reflexões sobre a conciliação e reparação dos danos dentro do processo penal. De outro, no âmbito do direito civil, tem-se resgatado um caráter

preventivo à responsabilidade civil, e não apenas reparatório. Por essas mesmas razões, a criminologia crítica tem considerado determinadas características e mecanismos do direito civil adequados à solução do caso penal. Ainda, verifica-se a tendência de se atribuir um caráter repressivo à responsabilidade civil, como no caso da chamada responsabilidade civil punitiva.

Esse movimento de reaproximação entre as esferas cível e penal torna ainda mais complexa a questão da responsabilização simultânea. Novos fatores entram em jogo quando a apuração das responsabilidades jurídicas respectivas não se confina em compartimentos estanques e bem delimitados. Considerado que usualmente cada responsabilidade é apurada por meio do processo respectivo, a concomitante responsabilização demanda o desenvolvimento de mecanismos processuais para sua compatibilização, o que se concretiza dentro de sistemas de coordenação de jurisdições.

A jurisdição enquanto conceito não esteve imune ao processo histórico de desenvolvimento do direito ocidental. Em um primeiro momento considerava-se que a atividade jurisdicional consistia tão somente na aplicação da lei ao caso concreto, ou seja, a norma concreta nasce antes e independentemente do exercício da jurisdição. Trata-se do chamado “juiz boca da lei”, concepção conforme os valores iluministas de extrema separação entre as funções do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, competindo a esse tão somente a aplicação do direito criado por aquele.

Paulatinamente, reações antiformalistas suplantam a antiga e formalista teoria, de modo que se rejeita um papel meramente declaratório ao Poder Judiciário. Atribui-se-lhe a função de conceber a norma aplicável ao caso concreto, bem como se lhe confere importância aos fatos sociais existentes. Sobreleva-se a pacificação do conflito e a criação da norma aplicável ao caso controvertido como inerentes à jurisdição.

Atualmente, a atividade jurisdicional ainda deve compor a expansão de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, a crescente submissão de questões jurídicas em tese aos tribunais, em diferentes graus de abstração, por vezes comparáveis à atividade legislativa e o alçamento de sua função de garantia de direitos constitucionais.

Conquanto seja manifestação do poder estatal, e assim uma e indivisível, a jurisdição admite a divisão de tarefas, inerente a qualquer organismo complexo. Assim, em razão de opção metodológica, fundamentada na diversidade de interesses levados ao Poder Judiciário, tem-se diferentes espécies de jurisdição para atender a uma conveniência de

trabalho. O que permitirá falar-se em jurisdições especializadas, como jurisdição cível ou penal, é sua dimensão enquanto atividade. Não obstante, enquanto poder, função e garantia não seja possível estabelecer qualquer distinção, enquanto atividade jurisdicional viabiliza-se sua divisão, o que se dá por meio do objeto analisado em cada processo e das regras de competência que definem qual órgão jurisdicional exercerá sua atividade.

O objeto do processo é sempre uma pretensão processual que lhe dá início. Na divisão entre processo penal e processo civil, será o conteúdo de cada pretensão que distinguirá uma da outra. No caso do processo penal, a pretensão processual é formulada por meio da imputação, materializada em um ato processual formal de acusação que dará início ao processo penal. Essa imputação contém em si um fato penalmente relevante e sua atribuição a alguém, de modo que seu objeto ou conteúdo é exatamente tal fato penal que se atribui. Seu conteúdo é, portanto, o fato penalmente relevante atribuído a alguém por meio de um juízo de imputação. Diversamente, a pretensão processual civil, deduzida pela demanda, versará sobre conflito de natureza civil.

A diferença da natureza dos conflitos apresentados e julgados permite constatar, de imediato, diferenças essenciais que caracterizam e conferem lógica própria ao processo civil e ao processo penal, bem como a necessidade de especialização para seu julgamento adequado. Essa necessidade é que implicará a repartição da atividade jurisdicional, ou sua especialização, mediante regras de competência.

Distintas a jurisdição cível e jurisdição penal pela pretensão processual deduzida nos processos sob sua competência, cabe definir suas relações na hipótese de responsabilidades jurídicas concomitantes, decorrentes de um mesmo fato histórico. Isso, pois cada uma das atividades jurisdicionais especializadas apresenta regime jurídico próprio. Não se trata, nesse momento, da elaboração de diferentes metodologias de reparação de danos decorrentes da infração penal. O que se tem em vista é a conciliação de decisões judiciais potencialmente conflitantes e a regulamentação da teia de relações e pontos de contato entre jurisdição penal e civil. Os sistemas para tanto desenvolvidos consubstanciam-se, assim, verdadeiros esquemas de coordenação entre a atividade jurisdicional civil e a atividade jurisdicional penal.

Para tanto, quatro sistemas diferentes foram criados, cada qual com suas especificidades e mecanismos interentes. São esses os sistemas da confusão, da solidariedade ou cumulação obrigatória, da livre escolha ou cumulação facultativa e da separação de instâncias ou independência. Esses sistemas de coordenação de jurisdição são

agrupados, sem a rigidez inexistente fora do plano abstrato, com fundamento na separação ou na união do exercício das pretensões processuais decorrentes da prática de ato definido como infração penal.

Em favor dos sistemas de união argumenta-se que: a) melhor atendem ao princípio de economia processual, uma vez que desnecessária a repetição da instrução e de atos processuais; b) favorecem o interesse do lesado, pois esse terá rapidamente atendida a sua pretensão ressarcitória; c) excluem o risco de decisões contraditórias, uma vez que uma mesma decisão abarcará a pretensão cível e penal e será prolatada por um mesmo juízo; d) a atuação da parte lesada implicará colaboração com o órgão de acusação e com a formação de convicção pelo julgador, tornando mais eficiente a repressão penal; e) a imposição de indenização civil em desfavor do condenado presta-se como reforço da sanção criminal.

Em defesa dos sistemas de separação assevera-se que: a) as responsabilidades penais e civis têm fundamentos diferentes; b) há necessidade de especialização dos órgãos jurisdicionais diante da diversidade da natureza dos conflitos examinados; c) são muito diferentes as categorias e estruturas do processo civil e do processo penal, de modo que inadequadas para análise de objeto que lhes é estranho; d) fundir em um só processo a discussão de causas diversas provocará perturbação no andamento do feito; e) os critérios para a apuração da responsabilidade penal e da responsabilidade civil são diversos; f) a discussão de matéria de natureza privada causará prejuízos na apuração da infração penal de interesse público; g) a colaboração de parte civil para a prova da infração penal e do consequente prejuízo acarretará desequilíbrio entre as partes, eis que o imputado ver-se-á atacado por um órgão estatal e por um agente privado, tendo de se defender de pretensões heterogêneas simultaneamente.

Evidentemente, os diversos sistemas estudados não encontram existência pura no plano fático. Cada ordenamento jurídico nacional desenvolve mecanismos próprios para atenuar seus rigores e contemplar a função jurisdicional em sua totalidade. Não há um pêndulo que permaneça em um dos polos extremos da estrita separação ou da total cumulação.

Todavia, o que se permite concluir em relação a tais modelos, sigam um princípio de união ou de separação, é que todos buscam realizar interesses legítimos diretamente conectados aos escopos da jurisdição. E, assim, qualquer que seja o modelo adotado, os princípios e garantias processuais decorrentes do devido processo deverão ser observados

tanto pelo legislador, quando da criação do desenho procedimental, quanto pelo órgão judiciário diante de um caso concreto.

Por essa razão, o implemento de sistemas, ou mesmo de mecanismos tendentes à união de objetos, terão como efeito a incidência de princípios e regras processuais penais, ao lado de normas civis e processuais civis, quando da apuração de eventual compensação civil decorrente de infração penal, respeitada sua natureza jurídica.

É exatamente essa constatação que elege, necessariamente, a garantia-síntese do devido processo legal como parâmetro de estudo da fixação do valor indenizatório no processo penal, assim como o seria para qualquer outro mecanismo inserido no contexto de coordenação de atividades jurisdicionais.

Enquanto garantia-síntese, o devido processo legal traduz valores constitucionais superiores, com certa carga de abstração e que conferem uma feição política e um compromisso ético ao processo. Presta-se não apenas à integração de lacunas, como se limitavam os antigos princípios gerais de direito, mas dá congruência, equilíbrio e legitimidade ao sistema jurídico processual, inspirando a solução de problemas concretos mediante técnicas de incidência distintas das regras.

A cláusula constitucional do devido processo legal insere-se no contexto de reinserção de valores éticos no ordenamento jurídico. Seja visto como garantia, ou também como princípio – questão teórica que envolve verdadeira multiplicidade de critérios doutrinários para sua classificação –, sua função axiológica e normativa envolve uma necessária filtragem e interpretação das regras que compõem o sistema jurídico processual. Ressalte-se, também, que lhe serve de inspiração a ótica publicista, segundo a qual representa não só garantia das partes, mas também de um processo justo de interesse público.

Particularizado no âmbito penal, fala-se em devido processo penal. Enquanto garantia-síntese, revela-se por um verdadeiro catálogo de garantias em constante construção. De especial interesse, constitui-se pelas seguintes garantias: a) imparcialidade do julgador; b) devido procedimento legal; c) acesso à justiça; d) contraditório; e) ampla defesa; f) igualdade entre os sujeitos parciais; g) razoável duração do processo; h) motivação das decisões; e i) segurança jurídica, característica dos ordenamentos jurídicos ocidentais modernos.

Essas conclusões levantadas em uma primeira parte da pesquisa permite a construção do cabedal teórico para o exame crítico da valoração da fixação de valor indenizatório no processo penal, inserida em nosso ordenamento jurídico pela Lei 11.719/08.

Em seu processo histórico, o ordenamento processual brasileiro partiu de um sistema de separação facultativa, adotado pelo Código Criminal de 1830, migrou para um sistema de cumulação obrigatória, carregado pelo Código de Processo Criminal de 1832, e, por fim, consolidou o sistema de independência de instâncias pela reforma processual de 1841. Em linhas gerais, o modelo estabelecido em 1841 é até hoje vigente.

Após a proclamação da República, alguns sistemas diversos foram criados em códigos estaduais. Assim, o Código Processual Penal do Rio Grande do Sul adotou o sistema da adesão facultativa, enquanto o Código de Processo Penal do Distrito Federal, promulgado em 1925, instituiu o sistema da livre escolha, mediante a habilitação do ofendido como parte civil no processo penal. Todavia, a unificação do processo penal nacional pelo Código de Processo Penal de 1941, ainda em vigor, restabeleceu o modelo de separação de instâncias desenhado pela reforma processual de 1841.

Posteriores leis extravagantes e reformas processuais bem ilustram a reaproximação entre as esferas de responsabilidade civil e penal. Nesse sentido, a Lei de Execuções Penais estatui que o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios. Em conformidade, assevera que é dever do preso indenizar a vítima e seus sucessores. Já a reforma da Parte Geral do Código Penal, em 1984, estreita os laços entre reparação civil e reprimenda penal ao acrescentar a pena de prestação pecuniária enquanto pena restritiva de direitos e adotar a figura do arrependimento posterior.

Ainda mais profundas são as novidades que acompanharam a promulgação do Código de Trânsito Brasileiro, e as Leis 9.099/95 e 9.605/98. O Código de Trânsito Brasileiro, Lei n. 9.503/97, instituiu, em seu artigo 297, a chamada multa reparatória, especificamente quanto aos crimes de trânsito. Trata-se de pagamento, mediante depósito judicial em favor da vítima, ou seus sucessores, de quantia referente ao prejuízo material resultante do crime. Quanto aos Juizados Especiais Criminais, especial ênfase tem a composição civil nas ações penais públicas condicionadas e nas ações penais de iniciativa privada, a transação penal e a suspensão condicional do processo. Trata-se de institutos em que se destaca a predisposição à descarcerização, inclusive cautelar, e a busca pelo

consenso. Em relação à Lei de Crimes Ambientais, essa passa a prever a fixação de valor mínimo para reparação dos danos ambientais em sentença penal condenatória. Isso significa, consiste em antecedente à posterior previsão de fixação de valor indenizatório na sentença penal condenatória, de forma generalizada, que integrará o ordenamento processual penal pelas reformas processuais de 2008.

A reforma introduzida pela Lei n. 11.719/08 representa o ponto de chegada de um movimento de aproximação, separação e reaproximação entre responsabilidades civil e penal no direito processual penal brasileiro. Remodela a sentença penal condenatória mediante a alteração do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, impondo a fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, na sentença penal condenatória.

Conquanto não seja o último diploma normativo promulgado na linha cronológica de revalorização da reparação civil dentro do processo penal, simboliza seu vértice. Isto, pois autoriza a condenação civil pelo juízo penal, com a correspondente fixação de valor indenizatório. E, diferentemente das Leis n. 9.099/95, n. 9.503/97 e n. 9.605/98, o faz forma generalizada.

A problemática surge na medida em que a Lei n. 11.719/08 concede ao juízo penal o poder de determinar o valor reparatório civil na sentença penal condenatória, sem, contudo, definir qualquer forma de fazê-lo. Isto é, a inovação tem como grande entrave a ausência de sua procedimentalização. A questão essencial que envolve a fixação de valor indenizatório na sentença penal condenatória diz respeito ao seu modo de realização, e não ao seu conteúdo ou à sua repercussão no processo civil. Inexistente qualquer disposição legal acerca de sua operacionalização, a regra traz incertezas quanto à forma de sua aplicação.

Sendo certo que não é permitido ao intérprete legislar, a fixação de valor mínimo indenizatório na sentença penal condenatória somente pode ser desenhada a partir das regras procedimentais já existentes no processo penal, e à luz crítica da garantia-síntese do devido processo.

Os principais problemas práticos levantados, decorrentes da ausência de procedimentalização do dispositivo, são: a) a necessidade de pedido expresse e a possibilidade ou não da fixação de valor indenizatório “ex officio” pelo juízo penal; b) a legitimidade ou não do Ministério Público para a formulação do pedido indenizatório; c) a legitimidade do próprio ofendido ou do assistente de acusação para requerer o

ressarcimento civil no processo penal; d) os requisitos formais e o momento adequado à formulação do pedido indenizatório; e) os limites da instrução em relação à pretensão cível; f) a recorribilidade do capítulo condenatório civil da sentença penal; g) a possibilidade de eventual rediscussão do valor mínimo definido perante o juízo cível; e h) a aplicação da norma introduzida pela Lei n. 11.719/08 no tempo.

Em relação à exigência de pedido ou não, é certo que a pretensão penal não pode subsidiar a pretensão cível, em especial a definição de seu conteúdo e montante mínimo, pois são diferentes, fundamentam-se em institutos jurídicos distintos e, por consequência, cada qual deverá ter sua própria motivação. Afastada a noção de que se trata de mero efeito extrapenal da sentença, e em razão da disponibilidade do direito civil envolvido, da inércia de jurisdição, da separação de funções ínsita ao processo penal democrático, bem como da garantia de congruência entre o provimento jurisdicional e a imputação e demanda, pressuposto da imparcialidade contraditório e ampla defesa, exige-se a formulação de pedido expresso para o cumprimento da regra do art. 387, IV do Código de Processo Penal. Conclui-se, portanto, pela impossibilidade de determinação de ofício de valor ressarcitório mínimo.

Quanto à dedução de pedido indenizatório pelo Ministério Público somente é legítima na hipótese de prejuízo decorrente de infrações penais que violem interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos (por exemplo, crimes ambientais) e no interesse de incapazes, conforme expressa previsão do artigo 178 do Código de Processo Civil. Nas hipóteses de interesse individual, não terá o Ministério Público legitimidade para a formulação de pedido ressarcitório, pois inexistente atribuição constitucional ou permissivo legal que lhe confira legitimidade extraordinária para tanto. Não é demais lembrar que a legitimidade extraordinária não se presume, mas decorre de lei expressa.

No caso de ação penal de iniciativa pública, condicionada à representação ou não, em que não tenha o Ministério Público atribuição legal para o requerimento de fixação de valor indenizatório, não é razoável pensar que a norma do artigo 387, IV do Código de Processo Penal não tenha qualquer efetividade. Essa noção seria incompatível com o direito de acesso à justiça do ofendido, gerando situação de desigualdade de oportunidade entre vítimas de distintos processos penais. Nesses casos, é coerente admitir que tenha o próprio lesado, titular do interesse material violado, a legitimidade para a propositura do pedido.

A forma que o ofendido encontra para intervir no processo penal é, normalmente, na posição de assistente de acusação. Todavia, a vítima pode não ter interesse em auxiliar o Ministério Público no exercício da pretensão penal. Assim, há que se admitir que deduza

sua pretensão ressarcitória, representado por por profissional com capacidade postulatória, independentemente de habilitação como assistente de acusação.

Quanto à atuação do ofendido, é sob a perspectiva do interesse público, que rege o direito penal, e do garantismo processual penal, que caberá ao julgador ter prudência e estabelecer limites, no caso em concreto, quanto ao comportamento do ofendido no processo penal em que deduza sua pretensão indenizatória, uma vez que ausente qualquer regramento legal sobre tal atuação. A ingerência do ofendido está limitada, sobretudo, pela garantia processual da paridade de armas. Seus poderes não podem exacerbar aqueles atribuídos ao assistente de acusação nos limites previstos pelo Código de Processo Penal, em uma interpretação estrita.

A figura do ofendido deve ainda ser interpretada restritivamente, dentro do rol taxativo do artigo 268 do Código de Processo Penal. É bastante comum que a vítima e o civilmente lesado sejam pessoas diversas, todavia, somente aquele que qualifica-se como vítima direta da infração penal poderá requerer valor ressarcitório no seio do processo penal. Esse mesmo raciocínio afasta a legitimidade de sucessores para o requerimento em seu favor na hipótese de ocorrência de dano indireto ou por ricochete.

Como exceção legal, o artigo 80 do Código de Defesa do Consumidor permite que entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos do consumidor, e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos do consumidor, possam se habilitar como assistentes de acusação no caso de infração penal que envolva relações de consumo. Nesse caso, em razão de expressa previsão que lhes autoriza a habilitação como assistentes, somada à legitimação extraordinária para pugnarem pela reparação de danos, é razoável se admitir que também sejam legitimados a requerer a fixação de valor indenizatório no processo penal.

No tocante à formalidade do pedido, até porque tem natureza jurídica de direito civil, deve atender aos requisitos estabelecidos pelo processo civil. Enquanto pedido, deve indicar a espécie de provimento jurisdicional pretendido, no caso, sempre condenatório, e especificar concretamente o bem da vida a ser outorgado.

Mesmo sendo objeto acessório, deve ser apresentado na forma de pedido, com as formalidades inerentes ao processo civil, mas também sob às limitações intrínsecas ao processo penal. Isso significa, limita-se ao fato-crime imputado, tem compromisso com a definição do objeto do processo penal, não podendo extrapolar a descrição fática imputada. Considerado o direito de defesa do acusado, exige-se a descrição dos fatos, limitada ao fato criminalmente relevante imputado, a demonstração do dano, sua modalidade, e nexo causal, bem como a indicação do sujeito em favor de quem se exercita o pedido, sendo fundamentais para a reação do acusado.

Além de se tratar de pedido certo, determinado e exaustivamente fundamentado, é relevante o momento em que admitida sua postulação. Aqui deve-se partir do que há de procedimentalizado pelo legislador. Existente a previsão de comunicação ao ofendido quanto à designação de data para a audiência no artigo 201, §2º, do Código de Processo Penal, tem-se não apenas mecanismo de ampliação da possibilidade de participação da vítima no processo penal, mas também oportunidade em que se pode assinalar prazo razoável para que o lesado deduza pedido indenizatório antes da abertura da instrução do processo.

Assim, bastará apenas que o juízo lhe assinale prazo razoável para a apresentação do pedido indenizatório, respeitadas as formalidades exigidas para esse, antes da abertura da instrução processual, o que também permitirá o exercício das garantias da ampla defesa e contraditório em grau razoável pelo acusado, sem perturbação do devido procedimento legal e da duração razoável do processo.

Relativamente à instrução do pedido ressarcitório, não se deve esquecer que a pretensão civil é marcada pela acessoriedade quando discutida no processo penal. Isto é, não pode protagonizar a instrução processual. Ausente regulamentação legal quanto à oportunidade de seu oferecimento, valoração e produção, a complexidade da prova cível deve servir como parâmetro concreto para seu controle. Entretanto, no caso de imprescindibilidade de produção de prova complexa ou de confronto com as garantias processuais do imputado, o valor indenizatório não deverá ser fixado sequer em patamar mínimo. Não é demais ressaltar que, na hipótese de risco ao interesse público ou a direito do acusado, o regime processual civil deverá apartar-se de suas regras próprias e adaptar-se aos limites decorrentes regime processual penal, tal como para a preservação do direito ao silêncio.

No tocante à relação entre a fixação de valor indenizatório na sentença penal e o sistema recursal, pondera-se que a utilização da teoria dos capítulos de sentença coaduna-se com a segurança jurídica, inerente ao Direito moderno e ao devido processo, uma vez que resguarda a própria efetividade da aplicação da lei penal. Compreender que o recurso quanto à condenação civil impede o trânsito em julgado da matéria penal significa submeter o interesse público na efetividade do direito penal material à quantificação de valor ressarcitório afeito ao interesse privado do ofendido. Ademais, abrir-se-ia a oportunidade ao manejo sistemático de recursos protelatórios de conteúdo unicamente civil a fim de se obter o transcurso do lapso prescricional da pretensão punitiva.

Quanto à possibilidade de rediscussão do valor definido na sentença penal, já em sede cível, é de se considerar eventuais amarras probatórias resultantes da defesa penal. Trata-se de casos em que a prova de que a indenização haveria de se determinar em patamar inferior ao fixado implicasse violação da ampla defesa penal. Nesse caso, exigiria-se do acusado que, de alguma forma, produzisse prova favorável à tese acusatória a fim de evitar condenação civil em grandeza superior ao devido.

Consideradas as limitações probatórias quanto à questão cível inserida no processo penal, a melhor solução parece residir na possibilidade de rediscussão desse valor em eventual liquidação civil. O reconhecimento da estabilidade da sentença condenatória, em oposição à imutabilidade, permite ao acusado o exercício de sua ampla defesa cível na seara devida, sem qualquer prejuízo à ampla defesa penal ou mesmo à segurança jurídica esperada dos pronunciamentos judiciais.

Por fim, ao enfrentar a questão de direito intertemporal, conclui-se que a regra em exame estabelece o conteúdo de uma sentença condenatória, o que indica seu caráter processual. Não obstante, produz também efeito material ao referir-se à consequência material do ato ilícito. Assim, evidente seu conteúdo híbrido, de modo que deverá seguir o regime de direito intertemporal de direito material, aplicando-se somente a infrações penais cometidas após o início de sua vigência.

REFERÊNCIAS

- ABADE, Denise Neves. **Garantias do processo penal acusatório: o novo papel do Ministério Público no processo penal de partes**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2012.
- ACERO, Julio. **Procedimiento penal**. 4. ed. Puebla: Editorial Jose M. Cajica, 1956.
- ADRAGÃO, Paulo Pulido. **Lições de história do direito romano, peninsular e português**. Coimbra: Almedina, 2016.
- AGUIAR JR., Ruy Rosado de. Aplicação da pena. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 8, n. 32, p. 187-212, out./dez. 2000.
- ALBUQUERQUE, F. M. Xavier de. Conceito de mérito no direito processual penal. In: JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis (Org.). **Estudos de direito e processo penal em homenagem a Nélson Hungria**. Rio de Janeiro: Forense, 1962. p. 302-314.
- ALEXANDRE, Maria Isabel. **O ônus da prova na acção civil enxertada em processo penal**. Lisboa: Cosmos, 1991.
- ALMEIDA, Carlota Pizarro de. A mediação perante os objectivos do direito penal. In: PELIKAN, Christa. et al. **A introdução da mediação vítima-agressor no ordenamento jurídico português**. Coimbra: Almedina, 2005. p. 40-42.
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **Contrariedade na instrução criminal**. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1937.
- ALMEIDA, Luis Nunes de. Natureza da reparação de perdas e danos arbitrada em processo penal. *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, ano 29, p. 5-26, 1969. Disponível em: <<https://portal.oa.pt/upl/%7Ba688f166-4d22-48f4-9a56-c90a50011c36%7D.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- ALMEIDA JR., João Mendes de. **O processo criminal brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1920.
- ALSCHULER, Albert W. A peculiar privilege in historical perspective. In: HERLHOLZ, R. H. et al. **The privilege against self-incrimination: its origins and development**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997. p. 181-204.
- ALVARADO VELLOSO, Adolfo. La imparcialidad judicial y el sistema inquisitivo de juzgamiento. In: MONTERO AROCA, Juan (Coord.). **Proceso civil e ideología**. 3. ed. Buenos Aires: Astrea, 2016. p. 219-248.
- _____. **Introducción al estudio del derecho procesal**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1997. v. 1.

- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- AMARAL, Cláudio do Prado. **Despenalização pela reparação de danos: a terceira via**. Leme: J.H. Mizuno, 2005.
- AMARAL, Francisco. **Direito civil: introdução**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- AMARAL, Guilherme Rizzo. **Estudos de direito intertemporal e processo**. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2007.
- AMBOS, Kai; CHOUKR, Fauzi Hassan. **A reforma do processo penal no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Método, 2001.
- AMODIO, Ennio. The accusatorial system lost and regained: reforming criminal procedure in Italy. In: ESER, Albin; RABENSTEIN, Christiane (Hrsg.). **Strafjustiz im Spannungsfeld von Effizienz und Fairness / Criminal justice between crime control and due process**. Berlin: Duncker & Humblot, 2004. p. 23-31.
- ANDRADE, Manuel A. Domingues de. **Noções elementares de processo civil I**. 2. ed. Coimbra: Coimbra Ed., 1963.
- ANGELIN, Karinne Ansiliero. **Dano injusto como pressuposto do dever de indenizar**. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Civil). Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANTUNES, Maria João. **Direito processual penal**. Coimbra: Almedina, 2016.
- ARAGONESES ALONSO, Pedro. **Proceso y derecho procesal**. Madrid: Aguilar, 1960.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. Características comuns do federalismo. In: BASTOS, Celso (Coord.). **Por uma nova federação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- ARELLANO GARCÍA, Carlos. **Teoría general del proceso**. 7. ed. México: Editorial Porrúa, 1998.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção “Os Pensadores”, v. 2).
- ARMENTA DEU, Teresa. **Lecciones de derecho procesal penal**. 10. ed. Madrid: Marcial Pons, 2017.
- ARNAUD, André-Jean. et al. (Coords.). **Dicionário enciclopédico de teoria e de sociologia do direito**. 2. ed. Tradução de Vicente de Paulo Barretto. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- ASENCIO MELLADO, José María. **La acción civil en el proceso penal: el salvataje financiero**. Lima: Ara Editores, 2010.

ASSIS, Araken de. **Eficácia civil da sentença penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. Eficácia civil da sentença penal condenatória no Código do Consumidor. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 6, p. 109-117, abr./jun./1993.

AZEVEDO, André Gomma de. O componente de mediação vítima-ofensor na justiça restaurativa: uma breve apresentação de uma inovação epistemológica na autocomposição penal. In: SLAKMON, Catherine; DE VITTO, Renato Campos Pinto; PINTO, Renato Sócrates Gomes (Orgs.). **Justiça restaurativa**. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005. p. 135-162.

AZEVEDO, Vicente de Paula Vicente de. **Crime – dano – reparação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1934.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Correlação entre acusação e sentença**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Correlação entre acusação e sentença: releitura da *emendatio libelli* à luz do contraditório sobre as questões de direito, no novo Código de Processo Civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugenio; CRUZ, Rogério Schietti (Coords.). **Processo penal**. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 357-378. (Coleção repercussões do novo CPC; v. 13. Coord. Geral Fredie Didier Jr.).

_____. **Juiz natural no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Ônus da prova no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **Processo penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BANACH-GUTIERREZ, Joanna B. Some reflections on the concept of due process: what kind of 'doing justice' is emerging in contemporary criminal proceedings? *New Journal of European Criminal Law*, v. 3, n. 1, p. 83-101, Mar. 2012.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Apontamentos para um estudo sobre a reparação do dano causado pelo crime e os meios de promovê-la em juízo. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Temas de direito processual**: segunda série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 96-116.

_____. A garantia do contraditório na atividade de instrução. In: BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Temas de direito processual**: terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984. p. 65-78.

_____. El neoprivatismo en el proceso civil. In: MONTERO AROCA, Juan (Coord.). **Proceso civil e ideología**. 3. ed. Buenos Aires: Astrea, 2016. p. 201-218.

BARROS, Flaviane de Magalhães. **(Re)forma do processo penal**: comentários críticos dos artigos modificados pelas Leis nº 11.690/08 e nº 11.719/08. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BATISTA, Nilo. **Apontamentos para uma história da legislação penal brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

_____. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECKER, L. A. **Qual é o jogo do processo?** Porto Alegre: Safe, 2012.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo**: influência do direito material sobre o processo. 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2011.

BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e. Responsabilidade civil pelo dano ambiental. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Direito ambiental**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 75-136. (Coleção doutrinas essenciais; v. 5).

BESSLER, John. The public interest and the unconstitutionality of private prosecutors. **Arkansas Law Review**, v. 47, n. 3, p. 511-602, 1994.

BITTAR, Eduardo C. B. **O Direito na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Tratado de direito penal**: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

_____; MONTEIRO, Luciana de Oliveira. **Crimes contra a ordem tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 32. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2017.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. **Princípios do processo no novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORDALÍ SALAMANCA, Andrés. La acción penal y la víctima em el derecho chileno. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso**, Valparaíso, n. 37, p. 513-545, 2011.

BRUN, André. **Rapports et domaines des responsabilités contractuelle et delictuelle**. Paris: Recueil Sirey, 1931.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal**: parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 1.

BUENO, José Antônio Pimenta. **Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro**. Edição anotada, atualizada e complementada por José Frederico Marques. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959.

BURINI, Bruno Corrêa. **Efeitos civis da sentença penal**. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BUSTAMANTE ALSINA, Jorge. Acción civil y criminal (relaciones). In: ALTERINI, Atilio; LÓPEZ CABANA, Roberto (Dirs.). **Enciclopedia de la responsabilidad civil**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1996. p. 88-104.

CABRAL, Antônio do Passo. A fixação do valor mínimo da indenização cível na sentença condenatória penal e o novo CPC. In: CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugenio; CRUZ, Rogério Schietti (Coords.). **Processo penal**. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 403-430. (Coleção repercussões do novo CPC; v. 13. Coord. Geral Fredie Didier Jr.).

_____. O valor mínimo da indenização cível fixado na sentença condenatória penal: notas sobre o novo art. 387, IV do CPP. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 302-328, 2010.

CAETANO, Marcello. **História do direito português: das origens ao séc. XVI**. 3. ed. Lisboa: Verbo, 1992.

CALAMANDREI, Piero. **Instituciones de derecho procesal civil**. Tradução de Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Depalma, 1943. v. 1.

_____. **Instituciones de derecho procesal civil**. Tradução de Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Depalma, 1973. v. 1 e 2.

_____. Proceso como juego. In: CALAMANDREI, Piero. **Instituciones de derecho procesal civil**. Tradução de Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: Depalma, 1973. v. 3, p. 259-294.

_____. **Processo e democracia: conferências pronunciadas na Faculdade de Direito da Universidade Nacional Autônoma do México**. Tradução de Mauro Fonseca Andrade. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2017.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Efeitos civis e processuais da sentença condenatória criminal: reflexões sobre a Lei 11.719/2008. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 46, p. 111-122, 2009.

CAMPBELL, Charles Arthur. **In defence of free will**. Disponível em: <<http://www.informationphilosopher.com/solutions/philosophers/campbell/defence.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CAPONI, Remo. Il contraddittorio in condizioni di parità nel processo civile: brevi osservazioni. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre (Orgs.). **Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo**. Brasília-DF: Gazeta Jurídica, 2016. p. 159-164.

CAPPELLETTI, Mauro. Constitucionalismo moderno e o papel do Poder Judiciário na sociedade contemporânea. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 15, n. 60, p. 110-117, out./dez. 1990.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Reimpr. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

CARNELUTTI, Francesco. **Sistema de derecho procesal civil**. Tradução de Santiago Sentís Melendo e Niceto Alcalá-Zamora y Castillo. Buenos Aires: Uthea, 1944. v. 1 e 2.

CARRIÓ, Alejandro. **Garantías constitucionales en el proceso penal**. 2. ed. Buenos Aires: Hamurabi, 1990.

CARVALHO, Milton Paulo de. Ação de reparação de dano resultante do crime: influência da sentença penal condenatória. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 20, n. 80, p. 75-89, out./dez. 1995.

CASTRO OSPINA, Sandra Jeannette. Alternativas a la pena privativa de libertad: sistemas de conciliación delincente-víctima. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 18, n. 23, p. 23-44, 1995/1996.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. 2. ed. Tradução de J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1969. t. 2.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Código de Processo Penal**: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. 7. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

_____. A ordem constitucional e o processo penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 57-68, out./dez. 1994.

CHRISTIE, Nils. **Uma razoável quantidade de crime**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria geral do processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2008.

CIOTOLA, Marcello. Princípios gerais de direito e princípios constitucionais. In: PEIXINHO, Manoel Messias. et al. (Orgs.). **Os princípios da Constituição de 1988**. 2. ed. Belo Horizonte: Lumen Juris, 2006. p. 43-66.

COELHO, Paulo Magalhães da Costa. É possível a construção de uma hermenêutica constitucional emancipadora na pós-modernidade? **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru/SP, n. 44, p. 113-128, set./dez. 2005.

CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio. **Compendio di procedura penale**. 5. ed. Padova: CEDAM, 2010.

COQUIBUS, Juan Emilio. **Teoria y practica del derecho procesal penal**. “Guia” del instructor. Buenos Aires: Editorial Bibliografica Argentina, 1951. t. 1.

CORDEIRO, Antônio Menezes. Introdução à edição portuguesa. In: CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. 4. ed. Tradução de A. Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. p. I-CXIV.

CORDERO, Franco. **Procedura penale**. 2. ed. Varese: Giuffrè, 1971.

CÓRDOBA ÂNGULO, Miguel. Protección de la víctima en el nuevo sistema procesal colombiano. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 24, n. 75, p. 75-91, 2003.

COSTA, Cláudio. **Uma introdução contemporânea à filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COSTA, José da Silva. **Estudo theorico e pratico sobre a satisfação do damno causado pelo delicto**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867.

COSTA, Paula Bajer Fernandes Martins da. **Igualdade no direito processual penal brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos del derecho procesal civil**. 3. ed. Buenos Aires: Depalma, 1993.

CREUS, Carlos. **Reparación del daños producido por el delito**. Santa. Fé: Ed. Rubinzal Culzoni, 1995.

CRUZ, Guilherme Braga. A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, São Paulo, v. 50, p. 32-77, 1955. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66222/68832>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

CYRILLO, Alcides. **Estudo sobre a parte civil nos processos penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Edição digital, disponível para Kindle (formato ePub).

DARRITCHON, Luis. Accion civil en el proceso penal. In: ALTERINI, Atílio; LÓPEZ CABANA, Roberto (Dirs.). **Enciclopedia de la responsabilidad civil**. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1996. p. 80-87.

D'AVILA, Fabio Roberto. Tipo, ilícito e valor. Notas conceituais e sistemáticas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 24, n. 121, p. 99-126, jul. 2016.

DELLA CASA, F.; VOENA, G.P. Soggetti. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio. **Compendio di procedura penale**. 5. ed. Padova: CEDAM, 2010. p. 1-168.

DELMANTO JR., Roberto. **As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DEL VECCHIO, Giorgio. **Filosofía del derecho**. Tradução de Luiz Legaz y Lacambra. Barcelona: Bosch, 1947.

DEZEM, Guilherme Madeira. **Curso de processo penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Direito processual penal**. Coimbra: Coimbra Ed., 1974. v. 1.

_____. **Direito penal português: as consequências jurídicas do crime**. Coimbra: Coimbra Ed., 2005.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1960. v. 1 e 2.

DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, Miguel. Consecuencias jurídicas económicas del delito: naturaleza jurídica de la responsabilidad civil derivada de delito o falta. La reparación del daño como alternativa a determinadas penas. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 18, n. 27, p. 27-41, 1995/1996.

DIDIER JR., Fredie; BOMFIM, Daniela. Colaboração premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma – um diálogo com o Direito Processual Civil. In: CABRAL, Antonio do Passo; PACELLI, Eugenio; CRUZ, Rogério Schietti (Coords.). **Processo penal**. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 179-222. (Coleção repercussões do novo CPC; v. 13. Coord. Geral Fredie Didier Jr.).

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos de sentença**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2008.

_____. O conceito de mérito em processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 34, p. 20-46, 1984.

_____. **Instituições de direito processual civil**. São Paulo: Malheiros Ed., 2016. v. 1 e 2.

_____. **Intervenção de terceiros**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

_____. **Nova era do processo civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2013.

_____. **Vocabulário do processo civil**. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

_____; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Teoria geral do novo processo civil**. São Paulo: Malheiros Ed., 2016.

DOMINIONI, Oreste. **La testimonianza della parte civile**. Milano: Giuffrè, 1974.

DOTTI, René Ariel. Princípios do processo penal. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas Essenciais. Processo Penal: processos em espécie**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 397-424. (Coleção doutrinas essenciais; v. 4).

_____. O problema da vítima. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas Essenciais. Processo Penal: teoria geral do processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 853-862. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

EGAÑA, José Luis. Marco constitucional del nuevo sistema procesal penal. **Revista Chilena de Derecho**, Santiago, v. 29, n. 2, p. 211-229, 2002.

ELIAS, Cristiano. Dos efeitos civis gerais da sentença penal. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 62-76, 2012.

ESPÍNOLA, Eduardo; ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. **Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro comentada**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1943. v. 1.

ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. **Código de Processo Penal brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 2.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008.

FAZZALARI, Elio. **Instituições de direito processual**. Tradução de Elaine Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.

FENECH, Miguel. **El proceso penal**. 4. ed. Madrid: Agesa, 1982.

FERNANDES, Alceu Cordeiro. Da influência do julgado criminal sobre a ação civil. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 481-492. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

FERNANDES, Antônio Scarance. **Incidente processual**: questão incidental, procedimento incidental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

_____. **O papel da vítima no processo criminal**. São Paulo: Malheiros Ed., 1995.

_____. Os procedimentos no Código Projetado. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 213, p. 5-6, ago. 2010.

_____. **Processo penal constitucional**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **Reação defensiva à imputação**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____; GOMES, Luiz Flavio; GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **Juizados Especiais Criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão**: teoria do garantismo penal. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FERRANTE, Marcelo. El convidado de piedra. Sobre el rol de la víctima en el proceso penal. **Lecciones y ensayos**, Buenos Aires, v. 63, p. 85-114, 1995. Disponível em: <<http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/lye/revistas/63/el-convidado-de-piedra-sobre-el-rol-de-la-victima-en-el-proceso-penal.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Estudos de filosofia do direito**: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão e dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRI, Enrico. **Sociologia criminale**. 4. ed. Torino: Fratelli Rocca, 1900. Edição digital disponível para Kindle (formato ePub). Disponível em: <<https://archive.org/details/sociologiacrimin00ferr>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

FILIPPO, Thiago Baldani Gomes de. A valorização da vítima e o valor mínimo de indenização em sentença penal condenatória. **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 11, n. 71, p. 89-101, dez./jan. 2012.

FLORIAN, Eugenio. **Elementos de derecho procesal penal**. Tradução de L. Prieto Castro. Barcelona: Bosch, 1934.

FRANCO, Alberto Silva. Prazo razoável e o Estado Democrático de Direito. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 13, n. 152, p. 6-7, jul. 2005.

FRANCO, Ary Azevedo. **Código de Processo Penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 1.

FREITAS, Vladimir Passos de. Condenação civil na ação penal não funciona na prática. **Consultor Jurídico**, 06 set. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-06/condenacao-civil-sentenca-criminal-aplicacao-pratica>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 15. ed. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Flexibilidade procedimental (um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual)**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GALANTER, Marc. Acesso à justiça em um mundo de capacidade social em expansão. Tradução de João Eberhardt Francisco et al. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, ABraSD, v. 2, n. 1, p. 37-49, jan./jun. 2015.

GARCIA, Basileu. **Instituições de direito penal**. São Paulo: Max Limonad, 1982.

GAVIRIA LONDOÑO, Vicente Emilio. Estado actual de los derechos de las víctimas en el proceso penal: evolución (¿involución?) dogmática, jurisprudencial y legislativa. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 30, n. 37, p. 37-71, 2009.

_____. Responsabilidad civil y responsabilidad penal. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 26, n. 78, p. 25-52, 2005.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Reformas do processo penal**: considerações críticas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIOFFREDI, Carlo. **I principi del diritto penale romano**. Torino: G. Giappichelli Editore, 1970.

GOLDSCHMIDT, James. **Problemas jurídicos y políticos del proceso penal**. Madrid: Editorial B de F, 2016.

GOMES, Orlando. **Responsabilidade civil**. Atualizador: Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. Provas: Lei 11.690, de 09.06.2008. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). **As reformas no processo penal**: as novas Leis de 2008 e os Projetos de Reforma. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 246-297.

GOMES JR., Luiz Manoel. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JUNIOR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (Coords.). **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 798-811.

GÓMEZ COLOMER, Juan-Luis. **Constitución y proceso penal**. Madrid: Tecnos, 1996.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. **Código de Processo Penal anotado**. 17. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Sobre o dever imposto ao juiz do crime de fixar valor mínimo de reparação dos danos civis causados pela infração quando da prolação da sentença penal condenatória: implicações da lei 11.719/2008 no âmbito do processo civil e do processo penal. **Ciências Penais**, São Paulo, v. 12 p. 349-367, jan./jun. 2010.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os fundamentos da ordem jurídica**. Tradução de Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GRECO, Leonardo. Garantias fundamentais do processo: o processo justo. In: PEIXINHO, Manoel Messias et al. (Orgs.). **Os princípios da Constituição de 1988**. 2. ed. Belo Horizonte: Lumen Juris, 2006. p. 369-406.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Eficácia e autoridade da sentença penal. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal**: sentença, prescrição, nulidades e recursos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 25-52. (Coleção doutrinas essenciais; v. 5).

_____. A eficácia da sentença penal no processo civil. In: LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada**. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p. 270-278.

_____. **Ensaio sobre a processualidade**: fundamentos para uma nova teoria geral do processo. Brasília-DF: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal**: processos em espécie. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 25-37. (Coleção doutrinas essenciais; v. 4).

_____. **Novas tendências do direito processual**: de acordo com a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. **O processo**: III Série: estudos e pareceres de processo penal. Brasília: Ed. Gazeta Jurídica, 2013.

_____. **A reforma do Código de Processo Penal**. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13200-13201-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **As nulidades no processo penal**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Anotações sobre a função da sentença penal condenatória no processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 10, n. 38, p. 261-265, abr./jun. 1985.

_____. **A filosofia do direito**: aplicada ao direito processual e à teoria da Constituição. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUINCHARD, Serge; BUISSON, Jacques. **Procédure pénale**. 2. ed. Paris: Litec, 2002.

HAMILTON, Sérgio Demoro. Primeiras observações sobre a presença da parte civil no Projeto de Código de Processo Penal. **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 11, n. 61, p. 61-68, ago./set. 2014. Disponível em: <<https://www.magisteronline.com.br/mgstrnet/lpext.dll?f=templates&fn=main-hit-j.htm&2.0>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

HARDING, Christopher. Overview of different types of procedure. In: ESER, Albin; RABENSTEIN, Christiane (Hrsg.). **Strafjustiz im Spannungsfeld von Effizienz und Fairness / Criminal justice between crime control and due process**. Berlin: Duncker & Humblot, 2004. p. 3-9.

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do direito penal**. Tradução de Pablo Rodrigo Alflen da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2005.

HIRSCH, Hans Joachim. La reparación del daño en el marco del derecho penal material. Tradução de Elena Carranza. In: MAIER, Julio B. (Org.). **De los delitos y de las víctimas**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 1992. p. 53-90.

HORTAL IBARRA, Juan Carlos. La naturaleza jurídica de la responsabilidad civil *ex delicto*: o cómo “resolver” la cuadratura del círculo. **InDret**: revista para el análisis del derecho, Barcelona, n. 4, p. 1-29, oct. 2014. Disponível em: <<http://www.indret.com/pdf/1079.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2017.

HULSMAN, Louk. **Pensar en clave abolicionista**. Tradução de Alejandra Vallespir. Buenos Aires: CINAP, 1997.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. 1, t. 1 e 2.

IMBERT, Jean; LEVASSEUR, Georges. **O poder, os juízes e os carrascos: 25 séculos de repressão**. Tradução de Carlos Sampaio. Lisboa: Estúdios Cor, 1975.

JARDIM, Afrânio Silva; AMORIN, Pierre Souto Maior. **Direito processual penal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

JIMENÉZ DE ASÚA, Luis. **Tratado de derecho penal**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1956. t. 1, 2, 3 e 5.

JIMENO-BULNES, Mar. American criminal procedure in a european context. **Cardozo Journal of International and Comparative Law**, v. 21, p. 409-459, 2013. Disponível em: <https://www.lawschool.cornell.edu/research/lay_participation_in_law/upload/MarJimeno-Bulnes.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

JULIOTTI, Pedro de Jesus. **Direito intertemporal processual penal**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Legislação penal especial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1.

KARAM, Maria Lúcia. Anotações sobre aspectos penais e processuais penais das Leis 9.099/95 e 10.259/2001 – Leis dos Juizados Especiais. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas Essenciais. Processo penal: processos em espécie**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 1153-1184. (Coleção doutrinas essenciais; v. 4).

KASER, Max. **Direito privado romano**. Tradução de Samuel Rodrigues e Ferdinand Hammerle. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

KELLY, John M. **Uma breve história da teoria do direito ocidental**. Tradução de Marylene P. Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Atlas, 2006.

LAPLACE, Pierre Simon. **A philosophical essay on probabilities**. Translator Frederick Wilson Truscott e Frederick Lincoln Emory. New York: John Wiley & Sons, 1902. Edição Digital.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 7. ed. Tradução de José Lamengo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LEAL, Antônio Luiz da Câmara. **Dos efeitos civis do julgamento criminal**. São Paulo: Saraiva, 1930.

LECEY, Eladio. Direito ambiental penal reparador: composição e reparação do dano ao ambiente: reflexos no juízo criminal e a jurisprudência. In: PRADO, Luiz Regis; DOTTI, Rene Ariel (Orgs.). **Doutrinas Essenciais. Direito penal econômico e da empresa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 213-230. (Coleção doutrinas essenciais; v. 3).

LEONE, Giovanni. **Tratado de derecho procesal penal**. Tradução de Santiago Sentís Melendo. Buenos Aires: EJE, 1963. v. 1.

LEONEL, Ricardo de Barros. Garantismo e direito processual constitucional. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre (Orgs.). **Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo**. Brasília-DF: Gazeta Jurídica, 2016. p. 117-142.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada**. Tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. **Manual de direito processual civil**. 3. ed. Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. São Paulo: Malheiros, 2005. v. 1.

_____; GRINOVER, Ada Pellegrini. A eficácia da sentença penal no processo civil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 89, n. 772, p. 753-766, fev. 2000.

LIMA, Maria Rosynete Oliveira. **Devido processo legal**. Porto Alegre: Safe, 1999.

LIMA, Miguel Moacyr Alves. A “ação de reparação do dano decorrente de delito” e o Ministério Público. **Revista Justitia**, São Paulo, v. 47, n. 131-A, p. 79-92, set. 1985. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/6d29dx.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

LOPES JR., Aury. A (de)mora jurisdicional no processo penal: o direito a um processo sem dilações indevidas. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, ano 4, n. 15, p. 65-86, 2004.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____.; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Direito ao processo penal no prazo razoável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Tradução de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília-DF: Ed. Universidade de Brasília, 1980.

LYRA, Roberto. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1942. v. 2.

MACHADO, Antônio Alberto. **Teoria geral do processo penal**. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Máira Rocha. A responsabilidade civil é independente da criminal, em termos: a propósito da contribuição da criminologia positivista à transformação da responsabilidade civil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 15, n. 65, p. 317-344, mar./abr., 2007.

MAIER, Julio B. **Derecho procesal penal argentino**. Buenos Aires: Hammurabi, 1989. v. 1a e 1b.

MALAN, Diogo. Defesa penal efetiva. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal**: teoria geral do processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 67-94. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

_____. Ideologia política de Francisco Campos: influência na legislação processual brasileira (1937-1941). In: MELCHIOR, Antonio Pedro; MALAN, Diogo; SULOCKI, Victoria-Amália de (Orgs.). **Autoritarismo e processo penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 1-85.

MANZINI, Vincenzo. **Il diritto criminale nella piu antica legge conosciutta**. Disposizioni penali del codice babilosene di Hamurabi. Torino: Unione Tipografico Editrice, 1903. Reimpressão: Kessinger Publishing, 2010.

_____. **Trattato de diritto processuale penale italiano**. 13. ed. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1949. v. 1 e 2.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria geral do processo**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____.; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. São Paulo: Saraiva, 1962. v. 1 e 2 e 3.

_____. **Instituições de direito processual civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971. v. 2.

_____. **Tratado de direito penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1965. v. 1 e 2.

MARSICO, Alfredo de. **Lezioni di diritto processuale penale**. 3. ed. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1955.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

McGEHEE, Lucius Polk. **Due process of law under the Federal Constitution**. New York: Edward Thompson Company, 1906. Reimpressão: Forgotten Books, 2015.

MEIRA, José de Castro. O ilícito civil e o ilícito penal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 18, n. 70, p. 159-174, abr./jun. 1981.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2010.

MELLO FILHO, José Celso. A tutela judicial da liberdade. *Justitia*, n. 105, p. 35-51, 1979. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/43cwa1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MELO, Lydio Machado Bandeira de. **Tratado de direito penal**: da responsabilidade penal e da isenção de pena. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, 1962. v. 2.

MENDES, Gilmar Ferreira. Comentários ao Artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva; Almedina, 2013. p. 368-374.

MENDES, Paulo de Sousa. **Lições de direito processual penal**. Coimbra: Almedina, 2014.

MENDONÇA, Andrey Borges de. **Nova reforma do Código de Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: Método, 2009.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. **A coisa julgada**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MIR PUIG, Santiago. **El derecho penal en el Estado social y democrático de derecho**. Barcelona: Editorial Ariel, 1994.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1974. t. 1 e 2.

_____. **Tratado de direito privado**: parte especial. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966. t. 1 e 53.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 4. ed. Coimbra: Coimbra Ed., 2008. t. 4.

MOMMSEN, Theodor. **Derecho penal romano**. Tradução de P. Dorado. Bogotá: Editorial Temis, 1991.

MONTERO AROCA, Juan. **Introducción al derecho procesal**. Madrid: Editorial Tecnos, 1976.

MONTERO AROCA, Juan. **Principios del proceso penal**: una explicación basada en la razón. Valencia: Tirant lo Blanch, 2016.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção “Os Pensadores”, v. 21).

MORAES, Maurício Zanoide de. **Presunção de inocência no processo penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MORAS MOM, Jorge R. **La acción civil reparatoria y el proceso penal**. Buenos Aires: Abelardo Perrot, 1996.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **A sentença penal condenatória e a reparação dos danos causados pela infração**: o direito intertemporal. *Revista Direito UNIFACS*, Salvador-BA, n. 132, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/1490/1170>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; BASTOS, Cleunice A. Valentim. Defesa penal: direito ou garantia. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal**: teoria geral do processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 265-288. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

_____; MAHMOUD, Mohamad Ale Hasan. A reforma processual penal. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 46, n.º 183, p. 155-166, jul./set. 2009.

MUÑOZ GOMEZ, Jesus Antonio. La duración real del proceso penal. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 15, n. 198, p. 198-222, 1981.

NALINI, José Renato. Os juizados penais e a filosofia da Lei 9.099/1995. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal**: processos em espécie. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 999-1025. (Coleção doutrinas essenciais; v. 4).

NERY JR. Nelson. **Princípios do processo na Constituição Federal**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NICOLITT, André. **Manual de processo penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2008.

NIRIELLA, Jeeva. Restitution or compensation to the victim of crime. **Sri Lanka Journal of International Law**, Colombo, v. 15, p. 139-148, 2003.

NORONHA, E. Magalhães. **Curso de direito processual penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. et al. Ação civil *ex delicto*: problemática e procedimento após a Lei 11.719/2008. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 98, n. 888, p. 395-439, out. 2009.

NUÑEZ, Ricardo. **La acción civil en el proceso penal**. Córdoba: Ed. Córdoba, 1948.

OCHOA CASTELEIRO, Ana. **La indemnización de la víctima en el proceso penal español y la nueva directiva de la UE**. Disponível em: <<http://www.protectingvictims.eu/upload/pages/65/Indemnizacion.it.en.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. Escopo jurídico do processo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 37, n. 203, p. 305-317, jan. 2012.

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. **Segurança jurídica e processo**: da rigidez à flexibilização processual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PALAZZO, Francesco. **Introduzione al principi del diritto penale**. Torino: Giappichelli, 1999.

PALOMO HERRERO, Yolanda. La pretensión civil deducible en el proceso penal. **Revista Juridica de Castilla y Leon**, Valladolid, n. 14, p. 293-334, jan. 2008.

PARIZ, Ângelo Aurélio Gonçalves. **O princípio do devido processo legal**: direito fundamental do cidadão. Coimbra: Almedina, 2009.

PASSOS, Edilenice. **Código de Processo Penal**: notícia histórica sobre as comissões anteriores. Brasília-DF: Senado Federal – Secretaria de Informação e Documentação, 2008.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**. 2. ed. Tradução de Maria Ermatina A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PÉREZ MANZANO, Mercedes. El tiempo de la conciencia y la libertad de decisión: bases para una reflexión sobre neurociencia y responsabilidad penal. In: DEMETRIO CRESPO, Eduardo (Dir.); MAROTO CALATAYUD, Manuel (Coord.). **Neurociencias y derecho penal**: nuevas perspectivas en el ámbito de la culpabilidad y tratamiento jurídico-penal de la peligrosidad. Montevideo e Buenos Aires: Editorial B de F, 2013. p. 105-135.

PETIT, Eugene. **Tratado elemental de derecho romano**. Tradução de José Fernandez Gonzales. Buenos Aires: Editorial Albatros, 1972.

PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru-SP: Ed. Jalovi, 1980.

_____. **Processo penal: evolução histórica e fontes legislativas**. Bauru-SP: Ed. Jalovi, 1983.

PIERSON, Frances L. Victim compensation through sentencing. **Colonial Law**, v. 14, n. 19, p. 19-35, 1984-1985. Disponível em: <<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?filename=7&article=1022&context=wmcl&type=additional>>. Acesso em: 20 maio 2017.

PIMENTEL, Manoel Pedro. Delito e reparação do dano, no anteprojeto do Código Civil brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 67, p. 93-114, 1972. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66645/69255>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PINA, Rafael de. **Manual de derecho procesal penal**. Madrid: Editorial Reus, 1934.

PINHO, Ruy Rebello. **A história do direito penal brasileiro: período colonial**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

_____. **Reparação do dano causado pelo crime e o processo penal**. São Paulo: Atlas, 1987.

PINTO, Estevam. Da ação privada no processo penal. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal: teoria geral do processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 1049-1053. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

PISANI, Mario. A reparação às vítimas de crime no projeto brasileiro e nas tendências jurídicas contemporâneas. **Justitia**, São Paulo, v. 86, p. 35-45, 1974. Disponível em: <<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/0d3bz0.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. **Mais de cento e vinte e seis anos de inquérito policial: perspectivas para o futuro**. Disponível em: <<http://sergio.pitombo.nom.br/artigos-results-word.php>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. **Recentes alterações na legislação processual penal extravagante**. Disponível em: <<http://sergio.pitombo.nom.br/artigos-results-word.php>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. **Responsabilidade penal**. Disponível em: <<http://sergio.pitombo.nom.br/artigos-results-word.php>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. **Teoria do processo penal**. Disponível em: <<http://sergio.pitombo.nom.br/artigos-results-word.php>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PRADO, Fernando de Albuquerque. Autoridade do julgado civil no juízo criminal. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal: teoria geral do processo penal**. São Paulo: RT, 2012. p. 1069-1090. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

PRADO, Maria das Graças P. A reparação do dano "ex delicto" no Brasil - uma questão de vinculação de normas. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 81, n. 681, p. 299-313, jul. 1992.

PUNZI, Carmine. **L'interruzione del processo**. Milano: Giuffrè, 1963.

PÜSCHEL, Flavia Portella. Funções e princípios justificadores da responsabilidade civil e o art. 927, § único do Código Civil. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-107, maio 2005.

_____; MACHADO, Marta Rodrigues de Assis. **Questões atuais acerca da relação entre as responsabilidades penal e civil**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/reconst_da_do_gmatica_flavia_puschel_e_marta_machado.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

QUEIROZ, Paulo. **Curso de direito penal**: parte geral. 8. ed. Salvador: Jus Podivm, 2012. v. 1.

RAMALHO, Joaquim Ignacio. **Elementos do processo criminal**. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1856.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RANIERI, Silvio. **Manuale di diritto processuale penale**. 3. ed. Padova: Cedam, 1957.

RÃO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. São Paulo: Max Limonad, 1960. v. 1, t. 1.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Horizontes do direito e da história**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

RECASÉNS SICHES, Luís. **Tratado general de filosofía del derecho**. 21. ed. México: Editorial Porrúa, 2013.

REIS, Gustavo Augusto Soares dos. Educação em direitos e Defensoria Pública: reflexões a partir da Lei Complementar n. 132/09. In: RE, Aluísio Iunes Monti Ruggeri; REIS, Gustavo Augusto Soares dos (Orgs.). **Temas aprofundados da Defensoria Pública**. 2. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014. v. 1, p. 717-744.

RIEGER, Renata Jardim da Cunha; CAMARGO, Rodrigo Oliveira de. Breves considerações sobre a revalorização da vítima e a reparação do dano no processo penal brasileiro. **Revista de estudos criminais**, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 27-45, 2009.

RIVERA SILVA, Manuel. **El procedimiento penal**. 6. ed. México: Editorial Porrúa, 1978.

ROBERTSON, Cliff. **Constitutional law and criminal justice**. Boca Raton, FL: CRC Press, 2009.

ROMEIRO, Jorge Alberto. **Elementos de direito penal e processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1978.

ROSA, Eliézer. **Novo Dicionário de processo civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

ROXIN, Claus. **Derecho penal**: parte general. Fundamentos. La estructura de la teoría del delito. 2. ed. Tradução de Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo, Javier de Vicente Remesal. Madrid: Civitas, 1997. t. 1.

RUBIA, Francisco J. **El fantasma de la libertad**: datos de la revolución neurocientífica. Barcelona: Crítica, 2009.

SAMPAIO, José Adércio Leite. Comentários ao Artigo 127 da Constituição Federal. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva; Almedina, 2013. p. 1518-1524.

SÁNCHEZ, Ricardo Juan. **La responsabilidad civil en el proceso penal**. Madrid: La Ley, 2004.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Tradução de João Dell'anna. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANDERS, Andrew. A fair trial for the suspect? In: ESER, Albin; RABENSTEIN, Christiane (Hrsg.). **Strafjustiz im Spannungsfeld von Effizienz und Fairness / Criminal justice between crime control and due process**. Berlin: Duncker & Humblot, 2004. p. 191-204.

SANTALUCIA, Bernardo. **Diritto e processo penale nell'antica Roma**. 2. ed. Milano: Giuffrè, 1998.

SANTANA, Selma Pereira de. A reparação como sanção autônoma e o direito penal secundário. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**, São Paulo, v. 9, n. 51, p. 155-176, 2008.

_____. A tensão dialética entre os ideais de “garantia”, “eficiência” e “funcionalidade”. **Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 13, n. 52, p. 250-275, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. Coimbra: Almedina, 2014.

SCHULZ, Fritz. **Derecho romano clásico**. Tradução de José Santa Cruz Teigeiro. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1960.

SCHÜNEMANN, Bernd. A posição da vítima no sistema da justiça penal: um modelo em três colunas. Tradução de Luís Greco. In: SCHÜNEMANN, Bernd; GRECO, Luís (Coords.). **Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito**. São Paulo: Marcial Pons, 2013. p. 112-123.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Cognição e execução no sistema de tutela jurisdicional civil brasileiro**. 2016. Tese (Livre Docência). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil. In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Orgs.). **40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Malheiros Ed., 2013. p. 430-466.

SILVA, Germano Marques da. A mediação penal: em busca de um novo paradigma? In: PELIKAN, Christa et al. **A introdução da mediação vítima-agressor no ordenamento jurídico português**. Coimbra: Almedina, 2005. p. 95-108.

SILVA, Ivan Luiz da; SANTOS, Gustavo Ataíde Fernandes. A contribuição da vítima para a solução do conflito criminal nos processos de competência dos juizados especiais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 52, n. 207, p. 45-62, jul./set. 2015.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do direito português: fontes de direito**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

SILVA MELERO, Valentin. Relaciones entre el derecho civil y el derecho penal. **Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales**, Madrid, t. 1, fasc. 1948, p. 246-256, 1948. Disponível em: https://www.boe.es/publicaciones/anuarios_derecho/abrir_pdf.php?id=ANU-P-1948-0024600256_ANUARIO_DE_DERECHO_PENAL_Y_CIENCIAS_PENALES_Relaciones_entre_el_Derecho_civil_y_el_Derecho_penal. Acesso em: 09 fev. 2017.

SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da. A cultura inquisitória vigente e a origem autoritária do Código de Processo Penal brasileiro. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; PAULA, Leonardo Costa de; SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da (Coords.). **Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil: diálogos sobre processo penal entre Brasil e Itália**. Florianópolis-SC: Empório do Direito, 2016. v. 1, p. 57-72.

SIMÃO, José Fernando. **Responsabilidade civil do incapaz**. São Paulo: Atlas, 2008.

SIQUEIRA, Galdino. **Curso de processo criminal**. 2. ed. São Paulo: Livr. Magalhães, 1937.

SOLER, Sebastian. **Derecho penal Argentino**. 4. ed. Buenos Aires: TEA, 1970. v. 2.

SOULIER, Gérard. A igualdade da palavra, princípio da democracia e do processo penal. In: DELMAS-MARTY, Mireille (Coord.). **Processo penal e direito do homem: rumo à consciência europeia**. Tradução de Fernando de Freitas Franco. Barueri/SP: Manole, 2004. p. 207-216.

SOUZA, Juarez de. Fundamentos para uma política de acesso a reparação civil por danos criminais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 50, n. 197, p. 7-28, jan./mar. 2013.

SOUZA, Rafael Soares. A sentença penal condenatória e o valor mínimo para reparação dos danos. **Revista dos Tribunais Nordeste**, v. 6, p. 235-252, jul./ago. 2014.

STEFANI, Gaston; LEVASSEUR, Georges; BULOC, Bernard. **Procédure pénale**. 11. ed. Paris: Dalloz, 1980.

STRECK, Lenio Luiz. **Dicionário de hermenêutica**: quarenta temas fundamentais da teoria do direito à luz da crítica hermenêutica do Direito. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SUANNES, Adauto. **Os fundamentos éticos do devido processo penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SUÁREZ SÁNCHEZ, Alberto. **El debido proceso penal**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1998.

TARUFFO, Michele. **A prova**. Tradução de João Gabriel Couto. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

TAVARES, Juarez. **Teoria do delito**. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A reforma processual penal. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Orgs.). **Doutrinas essenciais. Processo penal**: teoria geral do processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. p. 899-903. (Coleção doutrinas essenciais; v. 1).

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TONINI, Paolo. **Manuale di procedura penale**. 11. ed. Milano: Giuffrè, 2010.

_____. **A prova no processo penal italiano**. Tradução de Alexandra Martins e Daniela Mróz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TORNAGHI, Hélio. **Comentários ao Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1956. v. 1, t. 2.

_____. **Instituições de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1959. v. 1, 3 e 4.

_____. **A relação processual penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.

TRINDADE, Lourival Almeida. **A ressocialização... uma (dis)função da pena de prisão**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2003.

TUCCI, Rogério Lauria. **Direito intertemporal e a nova codificação processual penal**. São Paulo: José Bushtsky Editor, 1975.

_____. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Lineamentos do processo penal romano**. São Paulo: José Bushtsky Editor, 1976.

_____. **Princípio e regras orientadoras do novo processo penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. Visão do direito processual penal moderno. In: PENTEADO, Jaques de Camargo (Coord.). **Justiça penal, 7: críticas e sugestões: justiça criminal moderna, proteção a vítima e a testemunha, comissões parlamentares de inquéritos, crimes de informática, trabalho infantil, TV e crime**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 9-33.

_____; CRUZ E TUCCI, Jose Rogério Cruz e. **Constituição de 1988 e processo: regramentos e garantias**. São Paulo: Saraiva, 1989.

TULKENS, Françoise. O procedimento penal: grandes linhas de comparação entre sistemas nacionais. In: DELMAS-MARTY, Mireille (Coord). **Processo penal e direito do homem: rumo à consciência europeia**. Tradução de Fernando de Freitas Franco. Barueri/SP: Manole, 2004. p. 5-18.

TUNC, André. **La responsabilité civile**. 2. ed. Paris: Ed. Economica, 1989.

UBERTIS, Giulio. **Elementos de epistemología del proceso judicial**. Tradução de Perfecto Andrés Ibáñez. Madrid: Editorial Trotta, 2017.

ULIAN, Eduardo. **Responsabilidade civil punitiva**. 2003. Tese (Doutorado). 2003. Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Processo penal**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2010. t. 1.

VARGAS, José Cirilo de. **Processo penal e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

VIEIRA, Renato Stanzola. **Paridade de armas no processo penal**. Brasília-DF: Gazeta Jurídica, 2014.

VIGORITI, Vincenzo. **Garanzie costituzionali del proceso civile: due process of law e art. 24 const**. Milano: Giuffrè, 1970.

VINEY, Geneviève. **Traité de droit civil: la responsabilité: conditions**. Paris: L.G.D.J., 1982. t. 4.

VITU, André. **Procédure pénale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.

VOGLER, Richard. Due process. In: ROSENFELD, Michel; SAJÓ, András (Eds.). **The Oxford handbook of comparative constitutional law**. New York: Oxford University Press, 2013. p. 929-947.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Marcial Pons, 2014. v. 1.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 1.

ZAMORA Y CASTILLO, Niceto Alcalá; LEVENE HIJO, Ricardo. **Derecho procesal penal**. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1945. v. 1 e 2.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. Os atores e seus papéis. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 213, ago. 2010. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4174-Os-atores-e-seus-papeis>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Mulheres de Atenas, meninos do Brasil. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 220, mar. 2011. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4305-Mulheres-de-Atenas-meninos-do-Brasil>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____; MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A participação das vítimas perante o tribunal penal internacional. Uma análise à luz do caso Lubanga Dyilo. In: AMBOS, Kai; STEINER, Christian (Eds.). **Análisis de la primera sentencia de la Corte Penal Internacional: el caso Lubanga**. Berlin: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2014. p. 107-152.

Outras fontes consultadas:

LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. **Parecer ao PL n. 7222/06**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=673212&filena me=PRL+1+CCJC+%3D%3E+PL+7222/2006>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 1.655, de 1983. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, Seção I, ano XXXVIII- Suplemento n.º 80, 01 de julho de 1983. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01JUL1983SUP.pdf#page=1>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Exposição de motivos n. 211, de 9 de maio de 1983. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-exposicaodemotivos-148972-pe.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **Diário do Senado Federal**, Brasília-DF, ano 63, n. 021, 07 mar. 2008.

_____. **Diário do Senado Federal**, Brasília-DF, ano 64, n. 051, 23 abr. 2009.

_____. **Exposição de Motivos em Anteprojeto**. Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal. Brasília-DF: Senado Federal, 2009.

_____. Exposição de Motivos do Código Penal. In: HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1958.v. 1, t. 1, p. 201-274.

_____. Exposição de Motivos do Código de Processo Penal, de 08 de setembro de 1941. In: PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal**: evolução histórica e fontes legislativas. Bauru-SP: Ed. Jalovi, 1983. p. 533-543.

_____. Senado Federal. **1º Relatório Parcial**. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Nº 8.045, de 2010, do Senado Federal, que trata do “Código de Processo Penal”. Brasília: Congresso Nacional, 2018.

_____. Senado Federal. **Redação final do Projeto de Lei do Senado n. 156, de 2009**. Brasília-DF: Senado Federal, 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no HC 331.162/PE**. Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 12/04/2016, DJe 25/04/2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgInt no HC 404.550/PR**. Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no Ag 1279447/RJ**. Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 03/02/2011, DJe 21/02/2011.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no Ag 850.273/BA**. Rel. Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), quarta turma, julgado em 03/08/2010, DJe 24/08/2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1254742/RS**. Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 22/10/2013, DJe 05/11/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no REsp 1483846/DF**. Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 23/02/2016, DJe 29/02/2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no RMS 48.085/PA**. Rel. Ministro Gurgel De Faria, Quinta Turma, julgado em 05/11/2015, DJe 20/11/2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no RMS 48.379/SP**. Rel. Ministro Gurgel De Faria, Quinta Turma, julgado em 27/10/2015, DJe 12/11/2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **HC 362.478/SP**. Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 14/09/2017, DJe 20/09/2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **HC 430.317/ES**. Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1039015/SP**. Rel. Ministra Nancy Andrichi, Terceira Turma, julgado em 16/09/2008, DJe 26/09/2008.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1180237/MT**. Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 19/06/2012, DJe 22/06/2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1193083/RS**. Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 20/08/2013, DJe 27/08/2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1248490/RS**. Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, julgado em 08/05/2012, DJe 21/05/2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1440.721/GO**. Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 11/10/2016, DJe 11/11/2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1631870/SE**. Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 10/10/2017, DJe 24/10/2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1643051/MS**. Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 28/02/2018, DJe 08/03/2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1651518/MS**. Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 01/06/2017, DJe 13/06/2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1675874/MS**. Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 28/02/2018, DJe 08/03/2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 343.917/MA**. Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, julgado em 16/10/2003, DJ 03/11/2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 618934/SC**. Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 24/11/2004, DJ 13/12/2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 622117/PR**. Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, julgado em 06/05/2004, DJ 31/05/2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 736.784/SC**. Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 08/11/2005, DJ 13/03/2006.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 920582/RJ**. Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 18/09/2008, DJe 24/11/2008.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **RMS 41.052/PA**. Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AP 470**. Relator(a): Min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2012, acórdão eletrônico dje-074 divulg 19-04-2013 public 22-04-2013 rtj vol-00225-01 pp-00011.

_____. Supremo Tribunal Federal. **EP 22 ProgReg-AgR**. Relator(a): Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2014, processo eletrônico dje-052 divulg 17-03-2015 public 18-03-2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **HC 96905**. Relator(a): Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 25/08/2009, DJe-146 divulg 29-07-2011 public 01-08-2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RE 341717 AgR**. Relator(a): Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 05/08/2003, DJe-040 divulg 04-03-2010 public 05-03-2010 e-ment vol-02392-03 pp-00653 rsjadv mar. 2010.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RHC 128245**. Relator(a): Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, julgado em 23/08/2016, processo eletrônico dje-225 divulg 20-10-2016 public 21-10-2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **RvC 5437**. Relator(a): Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2014, acórdão eletrônico dje-052 divulg 17-03-2015 public 18-03-2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. **SE 5.206 AgR**. Relator(a): Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 12/12/2001, DJ 30-04-2004.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS - CORTE IDH. **Caso Acosta Calderón Vs. Ecuador**. Sentencia de 24 de junio de 2005. Serie C, n. 129. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_129_esp1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Caso Barreto Leiva Vs. Venezuela**. Sentencia de 17 de noviembre de 2009. Serie C, n. 206. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_206_esp1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Caso Blake Vs. Guatemala**. Sentencia de 24 de enero de 1998. Série C, n. 36. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_36_esp.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Caso Ricardo Canese Vs. Paraguai**. Sentença de 31 de agosto de 2004. Serie C, n. 111. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_111_esp.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS - ECHR. **Case of Foti and Others V. Italy**. Application no. 7604/76; 7719/76; 7781/77; 7913/77. Judgment. Strasbourg, 10 December 1982.

Disponível em: <[https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22fulltext%22%3A\[%22foti%22\],%22documentcollectionid%22%3A\[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22\],%22itemid%22%3A\[%22001-57489%22\]}%7D](https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22fulltext%22%3A[%22foti%22],%22documentcollectionid%22%3A[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22],%22itemid%22%3A[%22001-57489%22]}%7D)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS - ECHR. **Case of Neumeister V. Austria**. Application no. 1936/63. Judgment of May 7, 1974. Disponível em: <[https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22fulltext%22:\[%22%22CASE%20OF%20NEUMEISTER%20v.%20AUSTRIA%20\(ARTICLE%2050\)%22%22\],%22documentcollectionid%22:\[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22\],%22itemid%22:\[%22001-57543%22\]}>](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22fulltext%22:[%22%22CASE%20OF%20NEUMEISTER%20v.%20AUSTRIA%20(ARTICLE%2050)%22%22],%22documentcollectionid%22:[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22],%22itemid%22:[%22001-57543%22]}>)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. **Case of Zimmermann and Steiner V. Switzerland**. Application no. 8737/79. Judgment of July 13, 1983. Disponível em: <[https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22fulltext%22:\[%22zimmermann%22\],%22documentcollectionid%22:\[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22\],%22itemid%22:\[%22001-57609%22\]}>](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22fulltext%22:[%22zimmermann%22],%22documentcollectionid%22:[%22GRANDCHAMBER%22,%22CHAMBER%22],%22itemid%22:[%22001-57609%22]}>)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. IDH. **Case of Cantos v. Argentina**. Judgment of November 28, 2002. Série C, n. 97. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_97_ing.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Resolução nº 40/34**. Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder. 29 de novembro de 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclPrincBasJusVitCrimAbuPod.html>>. Acesso em: 20 maio 2017.

PORTUGAL. Superior Tribunal de Justiça. **Acórdão 2.647/06.2TAGMR.G1.S1**. 5ª Secção. Rel. Helena Moniz, data do acórdão: 28/05/2015. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/2aa065e42d6694ba80257e730054dd5b?OpenDocument>>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Acórdão 448/06.7TCLSB.S1**. 5ª Secção. Rel. Santos Carvalho, data do acórdão: 12/11/2009. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/e125ce58ed89dc428025766d00311fe3?OpenDocument>>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. Tribunal de Relação do Porto. **Acórdão 6.413/13.0TDPRT-A.P2**. Rel José Carreto, acórdão de 01/07/2015. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/924c5da40fa6412a80257e8200325ff3?OpenDocument>>. Acesso em: 29 set. 2017.

RÁO, V.; FARIA, A. B. de; CASADO, P. de C. Projeto do Código do Processo penal da República dos Estados Unidos do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 3, 137-292, 1938. São Paulo, Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/65837/68448>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

US. UNITED STATES SUPREME COURT. **Standefer v. United States**, (1980), n. 79-383. Decided: June 9, 1980. Disponível em: <<http://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/447/10.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Young v. United States ex rel. Vuitton et Fils**, (1987), n. 85-1329. Decided May 26, 1987. Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/481/787/case.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.